



**MUNICÍPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 1758, de 24 de julho de 2023

Dispõe sobre a alteração do anexo II da Lei número 1.565/2018 e dá outras providências

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu João Rosendo Ambrósio Medeiros Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. O Anexo II da Lei Ordinária Municipal de número 1.565/2018 fica alterado na forma do Anexos I desta lei.

Art. 2º. Esta lei passa a vigorar no dia de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as previsões em sentido contrário.

Lajinha, 24 de julho de 2023.

João Rosendo Ambrósio Medeiros Prefeito Municipal

ANEXO I

**“ANEXO II- CARGOS DE PROVIMENTO EM
COMISSÃO”**

Denominação de Cargo	Número de Cargos	Vencimento
Procurador- Geral	01	Subsídio
Controlador- Geral	01	Subsídio
Assessor Jurídico	02	R\$ 4.240,00
Assessor de Engenharia	02	R\$ 4.240,00
Diretor	04	R\$ 4.028,00
Assessor de Comunicação	01	R\$ 2.862,00
Supervisor Distrito	01	R\$ 2.862,00
Supervisor Divisão	11	R\$ 2.862,00
Gerente de Divisão	13	R\$ 2.332,00
Coordenador de Seção	08	R\$ 1.908,00
Chefe de Seção	12	R\$ 1.378,00

Lei nº 1759, de 24 de julho de 2023

**“CONSOLIDA A CRIAÇÃO E DISPÕE SOBRE A
DENOMINAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O povo do Município de Lajinha/MG, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, João Rosendo Ambrósio Medeiros Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no ordenamento normativo do Conselho Estadual de Educação (CEE/MG) e demais órgãos regulamentadores, fica consolidada a criação e denominação das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com as denominações abaixo discriminadas:

I - Escola Municipal “José Marques”, localizada no Córrego do Carvalho neste Município.

II - Escola Municipal “João Antônio de Medeiros” localizada no Córrego do Carvalho, neste Município.

III - Escola Municipal “Fazenda Amado Fonseca”, localizada no Córrego do Indaiá, neste Município.

IV - Escola Municipal “Avelino Lacerda Guimarães”, localizada no Córrego São Domingos, neste Município.

Art. 2º. Fica consolidada a regulamentação dos endereços das Escolas Municipais abaixo discriminadas:

I - Escola Municipal “Barra da Sapucaia”, localizada na Barra da Sapucaia neste Município.

II - Escola Municipal “Cabeceira da Companhia” localizada na Cabeceira da Companhia, neste Município.

III - Escola Municipal “Cabeceira da Sapucaia I”, localizada na Cabeceira da Sapucaia, neste Município.

IV - Escola Municipal “Cabeceira da Sapucaia II”, localizada no Cabeceira da Sapucaia II, neste Município.

V - Escola Municipal “Cabeceira do Caeté” localizada na Cabeceira do Caeté, neste Município.

VI - Escola Municipal “da Vargem Alta”, localizada no Córrego da Vargem Alta, neste Município.

VII - Escola Municipal “de Mutunzinho”, localizada no Córrego do Mutunzinho, neste Município.

VIII - Escola Municipal “de pedra Queimada” localizada no Córrego da Pedra Queimada, neste Município.

IX - Escola Municipal “de Pedra Bonita”, localizada no Povoado de Santo Antônio da Pedra Bonita, neste Município.

X - Escola Municipal “São Joaquim”, localizada no Córrego São Joaquim, neste Município.

XI - Escola Municipal “Córrego São Manoel” localizada no Córrego São Manoel, neste Município.

XII - Escola Municipal “19 de Abril”, localizada no Córrego São Domingos, neste Município.

XIII - Escola Municipal “Fazenda Três Barras”, localizada na Fazenda Três Barras, neste Município.

XIV - Escola Municipal “Fazenda Santa Clara I” localizada na Fazenda Santa Clara, neste Município.

XV - Escola Municipal “Fazenda Serra do Facão”, localizada na Serra do Facão, neste Município.

XVI - Escola Municipal “Cabeceira do Mutunzinho”, localizada no Cabeceira do Mutunzinho, neste Município.

XVII - Escola Municipal “São Manoel da Sapucaia”, localizada no Córrego São Manoel da Sapucaia, neste Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajinha, 24 de julho de 2023.



MUNICÍPIO DE LAJINHA

PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

=====

João Rosendo Ambrósio de Medeiros Prefeito Municipal

=====

Lei nº 1760, 24 de julho de 2023.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros, Prefeito do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2024, compreendendo:

- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município; V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- critérios e formas de limitação de empenho;
- normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas; IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- definição de critérios para início de novos projetos; XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular e à transparência pública; XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2024, correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integram esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022–2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2024 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O Projeto de Lei Orçamentária para 2024 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O Projeto de Lei Orçamentária para 2024 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Em entendimento ao art. 167, VI da Constituição Federal, são definidos os seguintes conceitos:

– as categorias de programação de que trata o art. 45 desta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e alterações posteriores e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

– órgãos são as entidades existentes no Município.

Art. 4º. O orçamento fiscal e o de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, mesmo que seja por Decreto Executivo.

Art. 5º. O orçamento fiscal e o de investimentos compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e autarquia.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- texto da lei;
- documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964; III – quadros orçamentários consolidados;
- anexos do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
- anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

- demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Constituição Federal e Lei nº 11.494/2007;



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

– demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas Ações de Serviços Públicos de Saúde, para fins do atendimento disposto na Lei Complementar 141/2012;

– demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2024 serão elaboradas com valores correntes do exercício de 2023, projetados e/ou realizados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos e/ou decréscimo de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento e/ou diminuição da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) e o Poder Legislativo se for o caso, encaminharão ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de julho de 2023, as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) encaminharão ao Departamento de Contabilidade do Poder Executivo, até o dia 15 de agosto de 2023, suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício de 2024, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE), responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República, seja pelo regime ordinário ou especial.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de

créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República será elaborado pelos órgãos e pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE).

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento dos Órgãos e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- oriundos de transferências do Município;
- oriundos de operações de crédito internas e externas;
- de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. O objetivo principal é minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE), subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição do Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente até o limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2024, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

Parágrafo único. Entende-se por eventos fiscais imprevistos aqueles não previstos no orçamento.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município Art. 20. A estimativa da receita que

constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a

melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

– aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- atualização da planta genérica de valores do Município;
- revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2024 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2024 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos no período, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

Art. 26. As estratégias para a busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;

atualização e informatização do cadastro imobiliário;

chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a caracterização dos fornecedores;

revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2024, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais; II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais; VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que as realizações das receitas não serão suficientes para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. A lei orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao

cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuïrem para a realização de um programa finalístico deverão ser agregadas num programa denominado Apoio a Administração ou de finalidade semelhante.

Parágrafo único. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno, visando a eficiência e eficácia administrativa.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

– às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esportiva;

– às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada; III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

§1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2024 por uma autoridade local e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º. Considera-se autoridade local o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Comandante da Polícia Militar, Comandante do destacamento da Polícia Militar, Vereador, Prefeito, Delegado e outros assemelhados.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

– de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esporte, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

– associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento



MUNICÍPIO DE LAJINHA

PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

de interesses locais, observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, bem como a Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 ou outra Lei que vierem substituí-las ou alterá-las.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas em lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) e para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

Art. 38. As entidades beneficiárias das transferências de recursos deverão prestar contas após 30 (trinta) dias do encerramento do convênio ou contrato de repasse conforme definido na Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 ou em outras leis regulamentadoras apresentando os seguintes documentos:

- plano de trabalho;
- notas fiscais em conformidade com o recurso repassado;
- faturas de água, luz e telefone conforme o caso, se pactuados no instrumento de contrato ou de convênios;
- recibos em casos especiais;

– demonstrativo com a discriminação dos itens, descrição de produtos, valor unitário, valor total conforme pactuado no instrumento de contrato de repasse ou instrumento de convênio;

– relatório circunstanciado demonstrando a aplicação dos recursos aprovado pelo conselho da entidade.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 39. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 40. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lajinha (SAAE) e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024, os seguintes demonstrativos:

- as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observando o disposto no



MUNICIPIO DE LAJINHA PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022-2025 e com as normas desta Lei;
- as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 42. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 43. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2024, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura de participações e a utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento, além de publicação em meios eletrônicos em tempo real, nos termos do art. 48, Parágrafo único da LC 101/2000.

Art. 44. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- elaboração da proposta orçamentária de 2024 mediante regular processo de consulta;
- avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 45. As previsões de receitas e as fixações de despesas junto ao orçamento anual devem apresentar as fontes de recursos para cada dotação orçamentária.

Art. 46. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária do exercício de 2024, bem como suas fontes de recursos, uma para outra, conforme orientação do TCEMG e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática,

expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei, conforme os conceitos:

- remanejamentos são realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro.
- transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.
- transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Parágrafo único. Os instrumentos mencionados serão utilizados quando em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares e especiais não previstos, dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

§ 3º. Os órgãos executores do orçamento manterão previsão orçamentária dentro das respectivas fontes de recursos, sendo permitida a sua anulação para outra fonte livre ou vinculada, quando devidamente justificada.

§ 4º. Durante a execução do orçamento no exercício de 2024 o Poder Executivo poderá incluir ou alterar fontes de recursos desde que sua inclusão ou alteração não altere o valor inicial do orçamento sendo necessário a emissão de decreto para esta finalidade. A inclusão ou alteração de fontes de recursos está limitada ao valor da lei orçamentária.

§ 5º. Entende-se por classificação funcional toda a categoria de programação que contenha os seguintes elementos: órgão, unidade, subunidade (se for o caso), função, subfunção, programa, atividade (ou projeto ou operação especial) e elemento de despesa.

Art. 48. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167,

§ 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, dentro da respectiva fonte de recurso.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá suplementar créditos especiais até o limite definido na lei orçamentária ou leis de suplementações específicas.

Art. 49. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes, cuja alteração venha ser proposta.



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

Art. 50. Se o projeto de lei orçamentária do exercício de 2024 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2023, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais; II – benefícios previdenciários; III – amortização, juros e encargos da dívida; IV – PIS/PASEP;

– demais despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município especialmente as destinadas a saúde, assistência social e educação; e

– outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º. As despesas descritas no inciso I a V deste artigo estão limitadas a 2/12 (dois doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária do exercício de 2024, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. A emenda supressiva ou redutiva que altere a dotação utilizada no caput deste artigo, torna-se sem efeito para fins de adequação da lei orçamentária.

Art. 51. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas Fiscais; II – Anexo de Riscos Fiscais;

III – Anexo de Metas e Prioridades de Governo.

Art. 52. Por ocasião de elaboração do plano plurianual para o período de 2022 a 2025, os anexos de metas e prioridades de Governo já foram encaminhados junto ao Projeto do plano plurianual.

Art. 53. Fica o executivo autorizado a firmar contrato de rateio com consórcios públicos.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lajinha (MG), 24 de julho de 2023.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros
Prefeito de Lajinha - MG

Lei nº 1.761, 24 de julho de 2023.

“Altera a Lei Ordinária número 1.596/2019, o plano de cargos, vencimentos e carreira dos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Lajinha/MG e dá outras providências.”

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal de Lajinha-MG no uso das minhas atribuições legais sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os anexos I e III, da Lei Ordinária número 1.596/2019, Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Lajinha-MG, na forma dos anexos I e II desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário Lajinha/MG, 24 de julho de 2023.

**João Rosendo Ambrósio de Medeiros Prefeito de
Lajinha/MG**

ANEXO I

**“ANEXO I – QUADRO DOS CARGOS DE
PROVIMENTO EFETIVO”**

Grupo ocupacional	Cargo	Classe dos cargos	Nível de vencimento	Carga horária semanal	Quantitativo total por cargo
01 – Nível Superior	Agente de Controle Interno	I	VIII	30 horas	01
		II	IX		
		III	X		
	Arquiteto	I	VIII	30 horas	01
		II	IX		
		III	X		
	Assistente Social	I	VIII	30 horas	03
		II	IX		
		III	X		
	Cirurgião Dentista	I	VIII	30 horas	06
		II	IX		
		III	X		
	Contador	I	VIII	30 horas	01
		II	IX		
		III	X		
	Enfermeiro	I	VIII	30 horas	10
		II	IX		
		III	X		
	Engenheiro Civil	I	XI	30 horas	01
		II	XII		
III		XIII			
Farmacêutico	I	VIII	30 horas	02	
	II	IX			
	III	X			
Fisioterapeuta	I	VIII	30 horas	01	
	II	IX			
	III	X			
Fonoaudiólogo	I	VIII	30 horas	01	
	II	IX			
	III	X			
Médico Clínico Geral	I	XI	30 horas	03	
	II	XII			
	III	XIII			
Médico Veterinário	I	VIII	30 horas	01	
	II	IX			
	III	X			
Nutricionista	I	VIII	30 horas	02	
	II	IX			
	III	X			
Procurador	I	XI	20	02	
	II	XII			



MUNICÍPIO DE LAJINHA

PODER EXECUTIVO

Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

		III	XIII	horas	
		I	VIII		
	Psicólogo	II	IX	30	01
		III	X	horas	
02 – Nível Técnico	Técnico Agrícola	I	VI	40	01
		II	VII	horas	
	Técnico de Contabilidade	I	VI	40	01
		II	VII	horas	
	Técnico de Enfermagem	I	VI	40	11
		II	VII	horas	
	Técnico de Informática	I	VI	40	01
		II	VII	horas	
	Técnico de Laboratório	I	VI	40	02
		II	VII	horas	
Técnico de Radiologia	I	VI	40	04	
	II	VII	horas		
Técnico de Segurança do Trabalho	I	VI	40	01	
		I	V	horas	
		I	II	horas	
03 Fiscalização Municipal	Fiscal de Meio Ambiente	I	V	40	01
		II	VI	horas	
	Fiscal de Obras e Posturas	I	V	40	04
		II	VI	horas	
	Fiscal de Tributos	I	V	40	05
	II	VI	horas		
Fiscal Sanitário	I	V	40	04	
	II	VI	horas		
04 – Apoio Administrativo, Contábil e Financeiro	Agente Administrativo	I	VI	40	20
		II	VII	horas	
	Auxiliar Administrativo	I	V	40	10
		II	VI	horas	
Almoxarife	I	V	40	03	
	II	VI	horas		
05 – Apoio à Saúde	Auxiliar de Enfermagem		III	40	04
				horas	
	Auxiliar de Saúde		III	40	15
				horas	
Auxiliar de Saúde Bucal		III	40	06	
				horas	
	Auxiliar de Serviços Gerais		II	40	110
				horas	
	Bombeiro	I	V	40	01
		II	VI	horas	
	Calceteiro	-	IV	40	04
				horas	

06 – Obras, Mecânica, Transporte e Serviços Gerais	Eletricista	I	V	40	01
		II	VI	horas	
	Gari	-	I	40	63
				horas	
	Marceneiro	-	IV	40	01
				horas	
	Mecânico Veículos Leves	I	V	40	02
		II	VI	horas	
	Mecânico Veículos Pesados	I	V	40	01
		II	VI	horas	
	Motorista	I	V	40	40
		II	VI	horas	
	Operador de Máquina Pesada	I	V	40	06
		II	VI	horas	
	Pedreiro	I	V	40	02
	II	VI	horas		
Servente	-	I	40	04	
			horas		
Vigia	-	II	40	14	
			horas		
Zelador de Cemitério	-	I	40	02	
			horas		

ANEXO II

“ANEXO III – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO HIERARQUIZADOS POR NÍVEIS DE VENCIMENTOS”

NÍVEL DE VENCIMENTO	CARGOS
I	Gari Servente Zelador de Cemitério
II	Auxiliar de Serviços Gerais Vigia
III	Auxiliar de Enfermagem Auxiliar de Saúde Auxiliar de Saúde Bucal
IV	Calceteiro Marceneiro
V	Almoxarife I Auxiliar Administrativo I Bombeiro I Eletricista I Mecânico Veículos Leves I Mecânico Veículos Pesados I Motorista I Operador de Máquina Pesada I Pedreiro I



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

VI	Almoxarife II Auxiliar Administrativo II Bombeiro II Eletricista II Mecânico Veículos Leves II Mecânico Veículos Pesados II Motorista II Operador de Máquina Pesada II Pedreiro II Agente Administrativo I Fiscal de Obras e Posturas I Fiscal de Tributos I Fiscal Sanitário I Técnico Agrícola I Técnico de Contabilidade I Técnico de Enfermagem I Técnico de Informática I Técnico de Laboratório I Técnico de Radiologia I Técnico de Segurança do Trabalho I
VII	Agente Administrativo II Fiscal de Obras e Posturas II Fiscal de Tributos II Fiscal Sanitário II Técnico Agrícola II Técnico de Contabilidade II Técnico de Enfermagem II Técnico de Informática II Técnico de Laboratório II Técnico de Radiologia II Técnico de Segurança do Trabalho II
VIII	Arquiteto I Assistente Social I Agente de Controle Interno I Cirurgião Dentista I Contador I Enfermeiro I Farmacêutico I Fisioterapeuta I Fonoaudiólogo I Médico Veterinário I Nutricionista I
	Psicólogo I
IX	Arquiteto II Assistente Social II Agente de Controle Interno II Cirurgião Dentista II Contador II Enfermeiro II Farmacêutico II Fisioterapeuta II Fonoaudiólogo II Médico Veterinário II Nutricionista II Psicólogo II
X	Arquiteto III Assistente Social III Agente de Controle Interno III Cirurgião Dentista III Contador III Enfermeiro III Farmacêutico III Fisioterapeuta III Fonoaudiólogo III Médico Veterinário III Nutricionista III Psicólogo III

XI	Engenheiro Civil I Procurador I Médico Clínico Geral I
XII	Engenheiro Civil II Procurador II Médico Clínico Geral II
XIII	Engenheiro Civil III Procurador III Médico Clínico Geral III

Lei nº 1763, de 26 de julho de 2023

“Dispõe sobre a alteração do Anexo I da Lei nº 1.327/2010 e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O anexo I da Lei Municipal nº 1.327/2010 passa a vigorar na forma do anexo único desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajinha/MG, 26 de julho de 2023.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros
Prefeito Municipal
ANEXO ÚNICO

Valores de diárias para Brasília/DF.

DESCRIÇÃO	PARCIAL	INTEGRAL
Servidores municipais sem descrição abaixo	R\$ 300,00	R\$ 600,00
Diretores, Supervisores e Coordenadores	R\$ 350,00	R\$ 800,00
Secretários e Assessores Jurídicos	R\$ 550,00	R\$ 1.000,00
Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00

Valores de diárias para Municípios distantes mais de 300 km, exceto Brasília/DF.

DESCRIÇÃO	PARCIAL	INTEGRAL
Servidores municipais sem descrição abaixo	R\$ 130,00	250,00
Diretores, Supervisores e Coordenadores	R\$ 150,00	R\$ 350,00
Secretários e Assessores Jurídicos	R\$ 250,00	500,00
Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00

Valores de diárias para Municípios distantes 150 a 300 km.

DESCRIÇÃO	PARCIAL	INTEGRAL
Servidores	R\$ 80,00	R\$ 150,00



**MUNICIPIO DE
LAJINHA
PODER EXECUTIVO**
Criado pela Lei Municipal nº 1.589/2018

Edição nº 1122 de 26 de julho de 2023.

municipais sem descrição abaixo		
Diretores, Supervisores e Coordenadores	R\$ 90,00	R\$ 200,00
Secretários e Assessores Jurídicos	R\$ 200,00	R\$ 350,00
Prefeito e Vice- Prefeito	R\$ 300,00	R\$ 600,00

Valores de diárias para Municípios distantes até 150 km.

DESCRIÇÃO	PARCIAL	INTEGRAL
Servidores municipais sem descrição abaixo	R\$ 60,00	R\$ 100,00
Diretores, Supervisores e Coordenadores	R\$ 70,00	R\$ 150,00
Secretários e Assessores Jurídicos	R\$ 100,00	R\$ 200,00
Prefeito e Vice- Prefeito	R\$ 300,00	R\$ 480,00
